

Tradução do russo e edição por CN, 2.01.2015

(original em: <http://cccp-kpss.narod.ru/arhiv/soprobos/1978/androp-24-11-78.htm>)

Duas cartas a Andrópov¹ (I)

Tatiana Khabarova

1978

Mais de um ano se passou desde que me dirigi ao Comité [de Segurança do Estado (KGB)]. E se no Outono passado me encontrava há sete anos e meio numa «*clandestinidade revolucionária*», chamemos-lhe assim, no campo das ideias político-filosóficas marxistas, então hoje já estou nessa situação há oito anos e meio.

Com toda a clareza devo certificar que mais imperioso se tornou em mim o desejo de ouvir, por fim, o distinto parecer do vosso organismo sobre a seguinte situação dificilmente explicável: o facto de que, no Estado soviético, décadas após a realização da revolução socialista, uma pessoa viva (e trabalhe) em situação ilegal, pela única razão do seu desacordo com as teorias sobre a «*inutilidade*» da atrás referida revolução e sobre a «*origem não científica*» do atrás referido Estado.

A propósito do 10.^o aniversário dos famigerados acontecimentos na Checoslováquia, surgiram na nossa imprensa uma séria de materiais por vezes bastante curiosos, tão curiosos que penso ser apropriado citar aqui alguns fragmentos.

Em 1968, o então ministro dos Assuntos Internos da Checoslováquia, Josef Pavel,² juntamente com outros dirigentes que chefiavam departamentos do CC do PCC e membros do Comité da Cidade de Praga do partido alimentavam planos, segundo se veio a saber, para a criação de campos de concentração. Estes campos «*destinavam-se a comunistas honestos e pessoas ordeiras que simplesmente não haviam renunciado às suas convicções socialistas e comunistas*».³

«(...) O grupo contra-revolucionário que estava à frente do Comité da Cidade de Praga do partido começou a considerar que “é o momento de abrir campos de concentração para comunistas de princípios”. (...) Pavel começou a constituir as chamadas “listas negras” onde eram inscritos os nomes de pessoas honestas e conscientes.»

¹ Esta carta a Iúri Vladímirovitch Andrópov (1914-1984) – presidente do KGB entre 1967 e 1982, tornando-se líder do PCUS e do Estado soviético por um breve período de 15 meses entre 1983 e 1984 – foi enviada em 24 de Novembro de 1978. No original russo, a autora reproduz o recibo do envio postal registado. (N. Ed.)

² Josef Pavel (1908-1973), ministro dos Assuntos Internos da Checoslováquia entre 15 de Março e 31 de Agosto de 1968. (N. Ed.)

³ V. Dolejal, «O bafio da contra-revolução», *Literaturnaia Gazeta*, de 28 de Julho de 1978, p. 14; «As lições do passado são um aviso», *Izvéstia*, de 20 de Junho de 1978, p. 3.

«O ministro dos Assuntos Internos, Josef Pavel, (...) considerava como reaccionários todos os colaboradores dos órgãos de segurança que, em nome da defesa da república, tentassem de algum modo conter os elementos sabotadores (...). Foi dito abertamente que era preciso “espionar” as pessoas que defendem as posições de partido.»

Ao mesmo tempo, os anticomunistas com cartão do partido tinham «protecção reforçada».

«Todas as medidas tomadas pelos órgãos de segurança do Estado foram dirigidas contra os comunistas de princípios e pessoas sem partido que se manifestavam em defesa do socialismo.»

«(...) Sob a capa do marxismo cada um podia professar o que quisesse. Mas neste ambiente de tolerância ideológica formal, aqueles que defendiam as ideias do comunismo científico eram perseguidos (...).⁴

«”Passaram-se dez anos. As informações sobre a abertura de campos de concentração, divulgadas a partir do Comité da Cidade de Praga do partido, e os documentos sobre as medidas anticomunistas de Pavel podem parecer distantes. No entanto, as lições que retirámos permanecem válidas e põe-nos de sobreaviso,” escreve o Rudé Právo.»⁵

Naturalmente que me é difícil avaliar em que medida as lições de 1968 permanecem actuais para a Checoslováquia de hoje. Mas no que respeita à sua extraordinária (e muito lamentável) actualidade para a nossa sociedade, sobre isso não é preciso ir muito longe para encontrar provas.

Concordará, por exemplo, que se lhe perguntasse hoje em que se distingue a sua posição e a de Chiolokov⁶ a respeito do oportunismo de direita e da canalhice político-ideológica anti-socialista, bem como a respeito das pessoas honestas que se manifestam contra esta canalhice – em que se distingue a sua posição e a de Chiolokov das posições dos contra-revolucionários checoslovacos, que planeavam «campos de concentração para os comunistas de princípios», – teria de reconhecer: **no fundamental em nada.**

Dispôs de tempo mais que suficiente para que, se quisesse expressar de forma tão significativa quanto possível, com as suas acções (ou a sua ostensiva inacção), que cuida não tanto da segurança do Estado socialista no nosso país, quanto da «segurança» dos canalhas anti-socialistas que nele vivem, teria atingido plenamente esse objectivo.

Pode-se naturalmente interpretar esta constatação (e trata-se da **constatação de um facto dificilmente refutável**) segundo o ponto de vista de que os factos não divulgados publicamente não têm uma existência completa; e, no «sistema» antileninista de repressão de qualquer crítica pertinente e racional, que se formou no nosso país nas últimas décadas, divulgar esses factos seria bastante complicado. Numa palavra «*está inocente até prova em contrário*». Mas há no Estado muitas

⁴ *Pravda*, de 12 de Agosto de 1978, p. 4.

⁵ *Izvéstia*, de 20 de Junho de 1978, p.3.

⁶ Nikolai Aníssimovitch Chiolokov (1910-1983), general do exército, foi ministro dos Assuntos Internos da URSS entre 1966 e 1982. Exonerado em Dezembro de 1982, logo a seguir à morte de Bréjnev, na sequência de uma investigação de corrupção no seu Ministério, suicida-se em Fevereiro de 1983, sendo-lhe retirados postumamente todos os títulos e condecorações. (*N. Ed.*)

peças que não têm nada a esconder da sua consciência comunista, e nós – cidadãos honestos e pensantes deste Estado fundado por V.I. Lênine – queremos ver nos cargos de responsabilidade do nosso país dirigentes, cujo «*direito ao poder*» assente, de modo igual e primeiro que tudo, na sua honestidade partidária irrepreensível, e não políticos gatunos que têm de ser apanhados em flagrante delito. Mais tarde ou mais cedo isto terá de ser levado em conta, e nenhum Leonid Ilitch Bréjnev poderá «*salvar*» ninguém para sempre da incontestável necessidade de se ter a consciência limpa se se pretende «*ficar ao volante*» no regime social socialista.

Há cerca de um ano, no encontro que tiveram comigo, os vossos colaboradores não contestaram – nem sequer tentaram contestar – a minha argumentação, quer no seu conjunto ou em quaisquer aspectos particulares, quer ainda os dados factuais em que me baseio, incluindo o mais importante que são as ilegalidades, por cujo fim há tanto tempo me bato em vão. Prometeram-me ajuda e até me fizeram de certo modo uma «*censura*», por ter demorado tanto tempo a procurar o Comité de Segurança do Estado: «*Porque não veio logo?*»

Pergunta-se, o que terá impedido não só que cumprissem essas promessas, como também que me dessem resposta às últimas cartas que enviei ao Comité? Não me dirigi a uma botica qualquer, mas a uma alta instituição do Estado, cujas funções, entre outros, têm um **carácter político-ideológico**, devendo por isso as pessoas que se lhe dirigem ser recebidas por **quadros políticos** competentes, não falando já da obrigação geral de correcção nos procedimentos judiciais.

Sem dúvida que poderiam ter discordado de mim nalguns aspectos, mas então deveriam ter argumentado honestamente, procurando desmentir os factos que apresentei, refutar as conclusões e não fingirem, enganarem durante anos uma pessoa, a quem reconheceram ter razão, ou seja, reconheceram a anormalidade e inadmissibilidade da sua grave situação, na qual foi colocada de forma injusta e ilegal.

Considero necessário regressar à «*objecção*» de que terei apresentado queixa «*demasiado tarde*». O facto de não ter corrido a denunciar politicamente os meus colegas, mas de ter tentado durante muito tempo (mesmo depois de ter perdido o emprego por mercê desses canalhas), através dos canais académicos, administrativos e partidários, discutir com isenção e na base de princípios o infortúnio que me atingiu, creio que caracteriza a minha pessoa não no mau sentido, mas antes pelo lado bom.

Escrevi ao Comité de Segurança do Estado da URSS após **sete anos sem emprego e em geral privada do mínimo para uma existência humana normal**; depois de tudo o que se passou nas «*frentes*» académica, administrativa e, infelizmente, partidária, me ter convencido, de forma exaustiva e em todos os aspectos, de que nós (não se trata apenas da minha pessoa) estávamos confrontados não apenas com charlatões e trapaceiros, mas sim com uma sabotagem política consciente, deliberada, capaz e pronta para tudo, a qual, pelo seu enraizamento, ramificação e profundidade de penetração nas mais importantes esferas da sociedade, constitui hoje precisamente um problema de segurança da ordem estatal soviética, como regime socialista (e não só um assunto ou motivo de um conflito da vida pessoal de alguém).

Foi para apresentar este problema (quando, repito, adquiriu os contornos de um sério problema de importância política de Estado) que compareci na instituição especialmente criada para investigar este tipo de casos. E, ao que julgo, não compareci já «*tarde*», mas no momento próprio.

Desde quando é «*tarde*» para investigar e acabar com um crime, só porque este se arrasta e os criminosos conseguiram criar uma rede de cúmplices suficientemente

forte? O crime continua a ser cometido, reina a arbitrariedade, hoje, agora; por causa dela hoje há pessoas que sofrem, pessoas reais, que, além da sua inteligência, honradez e coragem cívica, não podem ser acusadas de nada perante a sociedade; hoje, burlões políticos no activo – que além do mais se tornam insolentes com a impunidade – determinam um rumo errático nos órgãos de direcção do país, impondo «*decisões*» grosseiramente erróneas, que apenas agravam os problemas já tornados crónicos.

Hoje, falsas «*teorias*» indigentes, importadas directamente do mercado ideológico ocidental, continuam a afrouxar e a desfigurar a nossa economia, a vida científica e o sistema político-institucional, causando um interminável dano à causa do povo, aos interesses do reforço e do normal desenvolvimento do socialismo, ao prestígio do pensamento marxista-leninista. Ficar sentado à espera de motivos suplementares e «*razões ainda com mais peso*» para então intervir (não só no que respeita aos serviços de segurança do Estado, mas em geral a qualquer instância politicamente responsável no país), significa ser cúmplice desta sabotagem e participar nela conscientemente; não há nem pode haver aqui qualquer outra explicação.

Numa série de missivas que elaborei (sobretudo as mais recentes), em que se analisa a problemática político-ideológica atrás referida, por várias vezes e num contexto nada elogioso, é indicado o nome de Leonid Ilitch Bréjnev, o que «*contraria*» o culto da sua pessoa, lançado no nosso país desde há algum tempo. E por isso pode ser conveniente fazer a este propósito certas precisões, o que farei sem dificuldade, uma vez que estou profundamente convicta de que num verdadeiro Estado democrático não deve haver um número desmesurado de domínios «*interditos*» ao debate racional.

Nunca tive oportunidade de conversar com Bréjnev e tenho dificuldade em afirmar de forma categórica e definitiva que lhe pertence pessoalmente a «*iniciativa*» nefasta de substituir o sistema de ideias marxista-leninista pelo kautskianismo e bukharinismo modernizados, ou até que ponto se inclinou para os renegados ideológicos que o rodeiam (a quem generosamente tem distribuído cargos-chave na esfera teórica-ideológica e «*plenos poderes*» incontroláveis no extermínio de cientistas marxistas).

É no entanto perfeitamente claro, sejam as coisas como forem, que nenhuma proclamação solene, da mais prestigiada tribuna, nenhuma propaganda empolada e nenhum constrangimento de objecções críticas poderão transformar o bukharinismo em «*marxismo*» ou elevar a «*verdades científicas*» artificios oportunistas, há muito rebatidos pela sagacidade dos nossos fundadores, e que desde então têm regularmente revelado a sua essência destruidora em cada prova directa da prática histórica.

Esta **evidência objectiva** deve ser levantada perante Bréjnev pelo Comité Central do PCUS (e em primeiro lugar «*perante si próprio*»), e é minha convicção de que com o tempo o será sem dúvida; isto porque o Estado não pode indefinidamente guiar-se por linhas falaciosas, as quais, no mínimo, não reflectem as leis histórico-objectivas do seu desenvolvimento profícuo e saudável, mas, pelo contrário, há muito que vão flagrantemente ao arrepio destas leis.

Com o objectivo de antecipar uma saída inevitável e revitalizadora da actual situação de crise ideológica, como investigadora marxista e cidadã soviética consciente, tenho envidado certos esforços, dentro dos limites e escala que me são acessíveis; e não vejo razões para esconder que considero a permanência de Bréjnev nos cargos que hoje ocupa, com as suas «*concepções*» e «*métodos*» antileninistas, não só não

conforme com os «*altos interesses*» do poder soviético, mas porventura como o maior obstáculo na via do seu progresso histórico-natural.

Não tenciono esconder isto – repito – e rejeito sem reservas quaisquer «*conclusões*» de bastidores que possam daqui ser retiradas (e claramente já foram retiradas) no sentido de que devo continuar sem emprego e numa situação ilegal precisamente em consequência das minhas discordâncias com as «*posições*» políticas práticas e teóricas de Bréjnev, e daqueles que à sua volta o adulam.

O rumo antipopular imposto ao país por Bréjnev e pelo seu círculo não conduz à «*construção da sociedade comunista*» na URSS, mas objectivamente conduzirá à «*autoliquidação*» do regime socialista e à sua «*autopulverização*» numa variante repulsiva de capitalismo de Estado «*totalitário*».

O trabalho no qual é fundamentada cientificamente a conclusão referida tem mais de 70 páginas dactilografadas, das quais mais de 20 estão na posse do CC do PCUS (onde, aliás, este material está a marinar há anos). Caso me seja pedido, poderei facultar de imediato mais cerca de 40 páginas.

Não procurei distribuir estes materiais a correspondentes de órgãos de informação ocidentais ou «*orientais*», mas enviei-os ao Comité Central do meu Partido Comunista, às publicações periódicas soviéticas e à direcção da Academia das Ciências, de cujo aparelho fui ilegalmente expulsa.

Por outras palavras, actuo estritamente no quadro dos princípios constitucionais, morais e outros da organização estatal, em cujo poder estão o partido e a classe operária e cujo dever primordial, segundo V.I. Lénine, é **exprimir** adequadamente **aquilo que o povo reconhece**.

E se o actual CC, em vez de ter uma atitude leninista para com as manifestações populares, da autoconsciência da «*base*», vê as posições críticas como divergências sediciosas, escondendo-as debaixo do tapete e até reprimindo os cidadãos que aberta e demonstrativamente levantam questões espinhosas, pergunta-se, que tipo de suspeitas pode isso lançar sobre a minha pessoa? Pelo contrário, isso apenas confirma a pertinência da minha intervenção e a fundamentação científica da análise que empreendi, sublinhando ainda mais fortemente a necessidade de cessar as repressões, renunciar aos «*métodos*» repressivos e outros meios psicopatológicos de resolução de um conflito absurdo que se arrasta e só pode ser resolvido na sua **essência** político-ideológica. E é precisamente porque estão em causa os princípios jurídicos comunistas no nosso Estado que este conflito tem atingido tão dolorosamente a vida das pessoas honestas nele envolvidas.

Tatiana Khabarova

Doutoranda em Ciências Filosóficas

24 de Novembro de 1978